



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALESSANDRO DANTAS BEZERRA DA SILVA

**A REDE GLOBO DE TELEVISÃO E O APOIO À DITADURA CIVIL –
MILITAR 1964 - 1985**

GUARABIRA - PB

2017

ALESSANDRO DANTAS BEZERRA DA SILVA

**A REDE GLOBO DE TELEVISÃO E O APOIO À DITADURA CIVIL –
MILITAR 1964 - 1985**

Artigo apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.
Área de concentração: Historiografia, Literatura e Mídia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima.

GUARABIRA– PB
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Alessandro Dantas Bezerra da.
A Rede Globo de televisão e o apoio à Ditadura Civil -
Militar 1964 -1985 [manuscrito] : / Alessandro Dantas Bezerra
da Silva. - 2017.
42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Mídia. 2. Rede Globo. 3. Ditadura Civil-Militar. 4.
Roberto Marinho.

21. ed. CDD 981

ALESSANDRO DANTAS BEZERRA DA SILVA

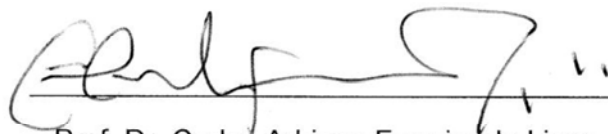
**A REDE GLOBO DE TELEVISÃO E O APOIO À DITADURA CIVIL –
MILITAR 1964 - 1985**

Artigo apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.
Área de concentração: Historiografia, Literatura e Mídia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima.

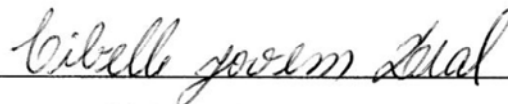
Aprovada em: 07/12/2017

BANCA EXAMINADORA



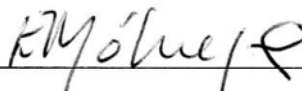
Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Cibelle Jovem leal

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Elisa Mariana Medeiros Nóbrega

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Avô paterno Geraldo Rodrigues da Silva (*in memoriam*), por todo carinho, amor e compreensão, DEDICO.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela vida.

Agradeço a toda minha família pelas palavras de incentivo ao longo de toda minha vida escolar, em especial aos meus pais Ozenir Dantas B. da Silva e Manoel Rodrigues da Silva por terem me ensinado desde cedo a trilhar pelos caminhos da verdade, honestidade, respeito e pelo encorajamento para ir em busca de meus objetivos. Muito obrigado.

A minha esposa Layse Steffane (também futura historiadora), companheira de todas as horas, pela compreensão e afeto diário, estando sempre pronta a me ajudar e apoiar.

Ao grande professor, amigo, e orientador Doutor Carlos Adriano Ferreira de Lima, o qual sempre se mostrou disposto a me auxiliar na produção deste trabalho, desde as indicações de leitura, recomendações, observações, aconselhamentos, dentre outras coisas que pautaram nossa relação na escrita deste artigo. Expresso aqui meus sinceros agradecimentos e admiração.

A todos os professores da graduação, pelo empenho em todos nossos encontros em sala de aula, onde além de conhecimento, adquiri importantes aprendizados sobre a vida, passando a encará-la sob uma nova ótica. Grato.

Aos meus colegas de sala, os quais ao longo do curso mostraram-se verdadeiros irmãos em todos os momentos que compartilhamos nesses cinco anos na UEPB. Tenho certeza que nosso lado de amizade se perpetuará por muitos e muitos anos. Muito obrigado a todos.

A todo corpo administrativo da Universidade, onde os funcionários sempre se mostraram dispostos a ajudar no que preciso fosse.

Enfim, sou eternamente grato a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a conclusão desta importante fase da minha vida, a qual marcará o início de batalhas ainda maiores.

Naquelas poucas semanas que me foram dadas a viver entre aquela família, fui aprendendo outras realidades que, mais tarde, tornaram-se cristalinas, mesmo para um conservador. A principal delas era a presença da televisão. Dormíamos todos na sala, mas, até às dez e meia da noite, a casa era presidida por aquele pequeno aparelho, que polarizava todos os sonhos, atenuava todos os cansaços da fábrica. [...] Quando o aparelho se apagava, o peso do mundo se abatia sobre nós.

[...]

Eles necessitavam do feijão e também do sonho. O que nos provinha do sonho antes era o circo, no máximo a novela de rádio. A televisão entrara como algo muito novo. Não era apenas um aparelho que se comprava: comprava-se também o veículo para mercadorias culturais, extremamente sofisticadas produzidas no Exterior, colocada na sua sala sem nenhum acréscimo no preço. Os trabalhadores experimentavam a televisão como uma melhoria real de vida, e a televisão avançou, celeremente, durante os anos da ditadura.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: CODECRI. 1979. P. 144-145.

Sumário

Introdução	10
1 O Golpe Civil – Militar de 1964	12
1.1 Jânio Quadros renuncia ao cargo de Presidente da República	12
1.2 João Goulart assume a presidência	14
1.2.1 A tomada do poder	16
2 Mídia e Ditadura	19
2.1 Rede Globo: A ascensão de um império em meio a ilicitudes	26
2.2 A EMBRATEL e a expansão do alcance do Jornal Nacional	29
2.3 Amaral Netto, o Repórter	33
2.4 Um gigantesco conglomerado de telecomunicações	36
Considerações Finais	37
ABSTRACT	40
Referências	41

A REDE GLOBO DE TELEVISÃO E O APOIO À DITADURA CIVIL – MILITAR 1964 - 1985

Alessandro Dantas Bezerra da Silva¹

Resumo

O presente artigo discorre sobre a relação de apoio mútuo, colaboração, acordos, troca de favores, dentre outras coisas que evidenciam a tamanha intimidade e entrosamento da Rede Globo de Televisão – de propriedade do jornalista e empresário Roberto Marinho – com a Ditadura Civil-Militar a qual foi instalada no Brasil em 1964, chegando ao fim em 1985, após vinte e um anos. O golpe que destituiu o presidente João Goulart, em 1964, teve apoio de muitos nomes oriundos de classes civis, e entre estes, figurava o de Roberto Marinho, seu apoio não resumiu-se apenas a tomada do poder, e sim perdurou durante todo o regime, período em que a Rede Globo de televisão firmou-se como a mais importante emissora do país. Entre os objetivos do governo militar, estava o projeto de integração nacional, no qual Roberto Marinho e sua emissora tiveram significativa atuação, disseminando por todo país uma deturpada imagem do Brasil, exaltando o governo, transmitindo uma ideia de Brasil grande, moderno, desenvolvido, limpo. Conceitos muito distantes da verdadeira face da nação. Nessa busca pela criação de uma positiva imagem do país, a programação da globo transmitia uma falsa face do governo e da nação, com destaque para seu principal telejornal – O Jornal Nacional – e o programa *Amaral Netto, o Repórter*, este muito se destacou, era considerado o porta voz da ditadura, levando aos telespectadores somente aquilo que engrandecesse o regime, caso contrário, o tema não passaria da redação.

Palavras – Chave: Mídia; Rede Globo; Ditadura Civil-Militar; Roberto Marinho.

¹ Graduando em Licenciatura plena em História, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (Campus III). E-mail: alessandro9556@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem sua produção voltada a fazer um exercício de compreensão histórica dos diversos fatos ocorridos entre as décadas que separam a destituição de João Goulart da presidência em março de 1964, e a volta das eleições diretas para presidente com o fim do golpe em 1985. Fruto de uma pesquisa cujo cerne é composto pela Ditadura civil-militar no Brasil – instaurada em 1964 e cessada em 1985 – e pela Rede Globo de televisão, enfatizando os acordos, os benefícios, as trocas de favores, dentre outras relações estabelecidas pela Rede Globo e o governo ditatorial que vigorou no Brasil por longos vinte e um anos. Buscar-se-á historicizar os diversos fatores que levaram ao estabelecimento de uma parceria da Globo com o governo brasileiro num momento que o país estava imerso na ditadura.

A pesquisa se deu mediante o levantamento de fontes bibliográficas e foi estruturada em três momentos: A Ditadura Civil-militar; Mídia (com uma maior atenção para a televisão) e História; e Rede Globo de televisão. A interligação dos pilares presente no desenvolvimento deste trabalho apresentará como decorreu a caminhada lado a lado daquela que seria a maior emissora do país, junto a um governo cuja gênese remonta a um golpe de estado.

O artigo encontra-se dividido em dois capítulos intitulados sucessivamente: **O Golpe civil-militar de 1964 e Mídia e ditadura;** No primeiro desses, está esclarecido como o golpe nasceu, desde a posse do presidente Jânio Quadros até a deposição de João Goulart, num conturbado momento político de muitos interesses. No segundo capítulo, será discutida a história da mídia, especialmente a de um de seus principais tentáculos: a TV. Falando sobre sua criação e inserção no meio social, assim como também a relação mídia e ditadura, na qual a primeira compõe uma significativa ferramenta de controle social, mais eficaz, silenciosa e menos custosa do que o uso dos porretes pelo estado.

Além disso, também será realizada uma viagem pela história da Rede Globo de televisão, discutindo sua inauguração pelo jornalista e empresário Roberto Marinho – o civil mais influente no Brasil. Segundo Chico Buarque, em entrevista para o documentário *Muito além do cidadão Kane* (1993) –, como se deu seu desenvolvimento, as alianças do seu dono regadas de ilegalidade como no caso

time-life em que a Constituição Federal foi ferida; a criação da EMBRATEL, beneficiando a empresa de Roberto Marinho na expansão de seu alcance; as produções das reportagens do Jornal Nacional e suas manobras em favor dos militares; a atuação do jornalista e deputado Amaral Netto como apresentador em *Amaral Netto, o repórter* exaltando, ofuscando e passando a imagem do país que politicamente e socialmente diferia da realidade enquanto o programa esteve no ar de 1968 a 1983.

Amaral desempenhou um trabalho que muito agradava os governantes, pois não à toa ele teve todo um suporte financiado pelo estado para a realização das reportagens, percorrendo as mais remotas áreas do Brasil. E, por fim, num último tópico intitulado **Um gigantesco conglomerado de telecomunicações**, descrever como atualmente se encontra a situação da empresa de Roberto Marinho, alimentada, em parte de sua história, por práticas ilegais que contribuíram para que a Rede Globo viesse tornar-se a maior emissora de televisão do Brasil e uma das três maiores do mundo.

1 O Golpe Civil – Militar de 1964

1.1 Jânio Quadros renuncia ao cargo de Presidente da República

No ano de 1960, nas eleições presidenciais do Brasil, oriundos de diferentes chapas, foi eleita a dupla “Jan-Jan”, termo usado para referir-se a Jânio Quadros – candidato a presidência da República, indicado pela União Democrática Nacional²– e João Goulart apresentado como Vice pelo Partido Trabalhista Brasileiro³ e Partido Social Democrático⁴. Ambos faziam parte de partidos distintos, porque, naquela época, o voto para presidente e vice era separado, dando ao eleitor a opção de votar em nomes de chapas distintas. Em 1961, precisamente no dia 31 de Janeiro, sucedendo Juscelino Kubitschek, inaugurando as posses presidenciais na nova Capital – Brasília – Jânio Quadros assumiu o controle do País, ocupando o cargo mais importante da nação, fora apoiado pela coligação: PTN – PDC – UDN – PR – PL para o mandato de 1961 a 1965, vencendo o Marechal Henrique Lott com uma expressiva maioria. Mesmo assim, não conseguiu eleger o Vice de sua chapa, pois naquela época, conforme visto anteriormente, podia-se votar no presidente e vice de diferentes chapas a qual foi preenchida com João Goulart do PTB.

Jânio, em seus discursos de campanha, prometia varrer as mazelas brasileiras. Em seus comícios, ele trazia consigo uma vassoura. Não à toa um dos seus mais famosos *jingles* de campanha tinha a seguinte letra: “Varre, varre, varre, varre vassourinha! Varre, varre a bandalheira! Que o povo já tá cansado de sofrer dessa maneira, Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado! [...]”⁵. A população e vários setores que o apoiaram muito esperavam de sua administração, porém, já nos primeiros passos do governo, nos primeiros meses entre janeiro e março de 1961, as expectativas foram cedendo lugar para as frustrações. Segundo Reis (2000, p. 11)

[...] o governo, iniciado em janeiro de 1961, cedo pareceu uma potência que não se realizava, como se fosse um bólido que não conseguisse arrancar. A política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava o setor industrial acostumado ao crédito fácil, sem conseguir segurar a inflação. A política externa independente irritava os setores conservadores,

² Partido político brasileiro fundado no dia 7 de abril de 1945, e extinto em 27 de outubro de 1965.

³ Partido político brasileiro fundado por Getúlio Vargas no dia 15 de maio de 1945.

⁴ Partido político brasileiro fundado no dia 17 de julho de 1945, e extinto em 27 de outubro de 1965.

⁵NETO, Maugerí. **Varre, Varre, Vassourinha**. Disponível em <https://www.letras.com.br/maugerineto/varre-varre-vassourinha>. Acessado em 01/10/2017.

sem angariar os apoios das esquerdas, desprezadas por Jânio. Quanto aos trabalhadores, frente a inflação crescente recebiam promessas de austeridade... Enquanto isso, as reformas vagamente anunciadas e tão desejadas não se concretizavam nem mesmo na forma de projetos consistentes.

Muito embora tivesse pouco mais de seis meses de mandato, Jânio Quadros no seu governo desagradou tanto seus opositores como seus apoiadores; os industriais estavam aborrecidos, as ajudas para as importações foram cortadas; a classe trabalhadora cansou de tanto esperar por medidas anunciadas, pois nunca cumpriram a promessa de baixar a inflação, sendo frustrada pelo crescente aumento dos preços. O inegável carisma e popularidade do novo presidente não foi suficiente para o êxito de seu governo, porque nele foram depositadas muitas esperanças e expectativas que não se concretizaram. Em meio àquele complicado cenário, tentando defender-se, justificar-se, Jânio alegava limitações, restrições que o impediam de colocar em prática os discursos de campanha nos quais sobravam otimismo, firmeza e responsabilidade.

Em meio a essa turbulenta administração, após apenas sete meses de gestão, Jânio decidiu renunciar ao cargo. A notícia foi recebida como um choque por variados setores da sociedade, porque ninguém ou quase ninguém esperava tamanha atitude. Alegando estar renunciando por pressão de forças terríveis – as quais ele não revelou – a renúncia de Jânio Quadros contribuiu para mergulhar o país numa crise de ideologias, pois os ministros militares e as classes dominantes não aceitaram a posse do Vice – Presidente João Goulart.

Para o historiador Daniel Aarão (2000) entre a renúncia de Quadros e a posse de Goulart, a nação viveu um delicado momento político que por pouco não levou o Brasil ao início de uma guerra civil, pois um caos sem precedentes poderia ter se instalado no país naquele momento de instabilidade política.

O Artigo⁶ 79 da Constituição em vigor no Brasil assegurava que legalmente o Vice-presidente João Goulart – o qual se encontrava em missão na China quando Jânio Quadros renunciou – deveria assumir a presidência, porém alguns ministros militares logo colocaram empecilhos, alegando não aceitá-lo. Iniciou-se uma campanha pela legalidade e posse do Vice-presidente levada a cabo por nomes da

⁶ Artigo 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

política nacional, a exemplo de Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul. Enquanto Jango não assumia, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzili, assumiu o cargo em vacância desde o dia 25 de agosto daquele ano.

A pressão para Jango não assumir foi tamanha a ponto de ser somente cessada após a instituição do sistema parlamentarista de governo no dia 02 de setembro. Aprovado pelo Congresso Nacional, o sistema parlamentarista retirou do presidente alguns poderes constitucionais, estes foram transferidos para o primeiro ministro – cargo criado juntamente com a instituição do parlamentarismo – Tancredo Neves. Sendo assim,

A posse de Jango, marcada pela vitória da campanha da legalidade, conferiu ânimo aos grupos nacionalistas e de esquerda que colocaram na ordem do dia a pauta das Reformas Estruturais. Entre as principais reformas estavam as reformas fiscal, administrativa, universitária, e principalmente a reforma agrária. Do programa de reformas faziam parte também políticas nacionalistas, como o controle sobre o capital estrangeiro e o monopólio de setores estratégicos da economia. Entre todas essas bandeiras a reforma agrária era a mais contundente. (ARAUJO, *et al*, 2013, p.13)

A chegada de João Goulart ao poder foi muito comemorada por grupos de esquerda, os quais após vencerem a “queda de braço” travada com a direita, agora pensavam em levar a cabo muitos objetivos traçados, dentre estes o principal era a efetivação das reformas de base com destaque para a reforma agrária.

1.2 - João Goulart assume a presidência

O contexto em que João Goulart assumiu a presidência, em setembro de 1961, foi marcado por uma intensa disputa política que atribuiu a sua posse muito entusiasmo de grupos nacionalistas e de esquerda considerados os vencedores, os quais imediatamente iniciaram a campanha pelas reformas de base. Tais reformas foram o cerne de uma batalha entre esquerda e direita pelos próximos anos. Os primeiros queriam a prática das reformas a todo custo, já os segundos mobilizaram-se para impedi-las. Assim, a solução foi a trama de um Golpe Civil-Militar que se enraizou por mais de duas décadas.

Em relação ao hostil ambiente após a renúncia de Jânio Quadros e consequente nomeação do novo presidente, Daniel Aarão em seu livro *Ditadura*

Militar, Esquerdas e Sociedade (2000), pontua três pontos fundamentais para o entendimento deste sensível momento:

Primo, a improvisação do veto à posse de Jango devido a própria surpresa com que foram colhidos os ministros militares pela renúncia do presidente Jânio Quadros, e a indecisão e as divisões das elites dominantes constituíram fatores fundamentais para o fracasso da tentativa de golpe. *Secundo*, o protagonismo dos movimentos populares, que entraram na cena política em defesa da posse de Goulart. Na sequência, eles não se deixariam tão facilmente afastar do palco. *Tertio*, o fator essencial de que esses movimentos haviam partido para luta em defesa da democracia, da lei e da ordem constitucional. Não por acaso, a rede de comunicações organizada pela posse de Jango se auto intitulava *rede da legalidade*. Em outras palavras, a luta travava-se em defesa da ordem legal. (Reis, 2000, p. 12)

Por pouco, em 1961, os opositores à posse Janguista não protagonizaram um golpe. Fato este não concretizado graças à desunião das elites dominantes, aliado a pressão popular em favor de Jango, assim como também as ações da *rede de legalidade*⁷ que pregavam a democracia e a prática das leis que regiam o Brasil. Além desses fatores, a constituição previa que o vice presidente assumisse, em caso de vacância do cargo conforme o Artigo 79 da constituição de 1946: “Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.”⁸

Com reduzida força, Jango somente teve a restituição dos plenos poderes enquanto presidente, em 1963, com a volta do presidencialismo mediante um plebiscito, fato que fortaleceu a esperança em levar a cabo alguns planos do governo. Sem grandes apoios no congresso e no senado federal, Jango viu na restituição de seus poderes, a oportunidade em levar a cabo alguns de seus planos. Um amplo debate instaurou-se no seio da sociedade. O tema central eram as reformas, estas se concretizadas provocariam uma significativa mudança na distribuição de poder e riqueza no país. Isso assombrava muitas classes, as quais passaram a disseminar a ideia de uma possível ameaça comunista e a retirada da civilização ocidental cristã em lugar do comunismo ateu.

Encarando o apoio popular como uma forte ferramenta, pensando em reuniões, João Goulart partiu para o enfrentamento, dando início a uma série de comícios

⁷ Movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola), seu objetivo era a garantia da posse de João Goulart conforme previa a Constituição.

⁸ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1960/9.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2017.

com calendário pré-definido, o primeiro foi realizado no dia 13 de março no Rio de Janeiro, e o último seria no dia 1º de maio na capital paulista.

Realizado na central do Brasil, o comício pioneiro foi um sucesso, contando com cerca de 350 mil pessoas. Diante dessa manifestação da esquerda, a direita não se intimidou e como forma de resistência, seis dias depois no dia 19 de março de 1964, organizou em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela liberdade, reunindo meio milhão de pessoas oriundas de diversas classes da sociedade civil. A queda de João Goulart tomava corpo.

Conforme Araujo (2013), o cenário político ficou cada vez mais desfavorável ao presidente e começou a enraizar-se para variados setores, a exemplo da Marinha onde uma crise colocou disciplina e hierarquia em lados opostos. Apegadas num discurso da ameaça comunista, a direita propagava incansavelmente que as reformas de base seriam a gênese para instalação do temido sistema. No congresso, a oposição às reformas era alimentada por representantes de grandes latifundiários que temeram a reforma agrária e recusaram aprová-la, exigindo indenização aos fazendeiros. Do outro lado, as esquerdas – já descontentes, muito contestaram – que lutaram para a posse de Jango, o pressionavam para as reformas saírem do papel para a prática. O presidente estava encurralado por todos os lados, e contemporâneo a isso as forças militares já se programaram para destituí-lo da presidência.

1.2.1 A tomada do poder

Pouco a pouco, as forças que tanto brigaram pelas reformas deram sinais de decadência. Momento fértil para a entrada em cena dos golpistas que aguardaram o momento certo o qual foi enquanto João Goulart discursava na sede do automóvel clube no Rio de Janeiro em 30 de março de 1964, como mostra Aarão: (2013, p. 16-17)

Um último discurso no Automóvel Clube a uma assembléia radicalizada de subalternos das Forças Armadas empurrou de vez o carro ladeira abaixo. Condensaram-se todas as forças anti-reformistas, à espera de uma iniciativa que, afinal, veio de Minas Gerais, através do estovado mas decidido general Olímpio Mourão. Os demais dispositivos conspiratórios, depois de alguma hesitação, acompanharam. Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideu, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação.

Apavorado diante do incêndio que provocara sem querer, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da História pela fronteira com o Uruguai. As esquerdas não ofereceram resistência, salvo focos isolados, dispersados sem grande dificuldade.

Sem oferecer resistência, temendo uma guerra civil João Goulart partiu do Rio de Janeiro até o exílio em Montevideú. Diante disso, o então presidente da câmara dos deputados, Raniere Mazilli, declarou vacância do cargo e assumiu interinamente até a posse de um novo presidente, função ocupada dias depois pelo General Camilo Castelo Branco em 15 de abril de 1964. A tomada do poder contou com apoio de empresários, grandes proprietários rurais, Governadores de alguns estados, entre outros setores. Conforme Krause:

“[...] o projeto do regime ditatorial foi um projeto que grande parte da sociedade civil também abraçou, durante determinados períodos, na forma de participação de pessoas, de empresas, de igrejas, de associações civis, de estabelecimentos escolares, universidades, opinião pública, entre outros. (KRAUSE, 2016, p. 101)

Claramente, pode-se perceber a tamanha ruptura provocada pelo golpe, porém, também persistiram algumas continuidades. Segundo Aarão (2014), uma ditadura que com o tempo se endureceria cada vez mais entrou em cena, substituindo uma república com a democracia limitada. Assim, os atos institucionais passaram a reger a nação.

O poder foi tomado e os conspiradores perguntavam-se, o que fazer? O questionamento tinha origem no fato das decisões não estarem em consenso dali em diante, pois alguns pretendiam somente destituir o presidente, outros alegavam ser necessária uma limpeza mais profunda. Como bem esclarece Krause (2016, p. 111) “É preciso entender que, a esta altura, nem todos os golpistas desejavam ou esperavam necessariamente uma ditadura. E nem todos que não queriam uma ditadura eram necessariamente democratas.”

A volta aos quartéis pelos militares parecia bem menos atraente do que a permanência no controle da nação, embora o golpe fosse civil-militar, eram estes últimos os que ficaram a frente de praticamente tudo. Estava instaurada a ditadura civil-militar, a qual se arrastaria até o ano de 1985. Consumado em nome da democracia, era necessário dar legitimidade ao regime, porém, como mostra Rezende (2013, p. 33).

O regime político que irrompeu a partir de 1964 se debateu, desde seus primeiros momentos, para atestar a legitimidade de seu poder de mando e decisão. Para isso, ele lidou com dois desafios. O primeiro foi construir os elementos que viessem a certificar, de imediato, que aquele movimento era legítimo. O segundo se caracterizou pelo empenho do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais.

Legitimar o golpe de estado não era tão simples, pois não era um projeto pequeno e todos os generais buscaram a todo custo entrelaçar as mãos da autoridade com a legitimidade. A sustentação do regime no tempo dependeria muito da construção das bases de legitimação. Buscava-se convencer a sociedade da inexistência de uma ditadura, porém, a cada ato institucional, o estado foi endurecendo e, com a promulgação do AI-5, ficou claro quão duro e repressor era o caráter do governo. Para Ridenti (2013, p.21):

O AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos.

Enquanto presidente, Castelo Branco já em suas primeiras manobras, demonstrou o tamanho fiasco que seria. Os objetivos traçados de longe não foram alcançados, a exemplo da política econômica e, aos poucos, abriam-se espaços para pesadas críticas de setores da sociedade, sendo alguns deles apoiadores do golpe. Em julho de 1964, o mandato de Castelo foi prorrogado, a ditadura iniciou a expandir suas raízes e a população já sentia o gosto amargo da administração, porque os governantes, através dos atos institucionais, passaram a repreender e massacrar seus opositores para permanecer no poder. A repressão por meio da coerção e a manipulação pela mídia compunham uma carta na manga dos governantes. Noam Chomsky, em seu livro *Mídia Propaganda Política e Manipulação* (2013), defende que:

A propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário. Esta é uma atitude inteligente e vantajosa

porque, uma vez mais, os interesses comuns escapam ao rebanho desorientado: ele não consegue decifrá-los. (2013. P. 21-22)

Desde a gênese da ditadura, a coerção pelas forças armadas compunha um importante pilar de sustentação do regime e, como visto anteriormente, os militares desejaram dar um tom de legitimidade ao golpe, tarefa onde presente a ampla divulgação midiática foi questão de tempo, levando-se em conta a aproximação do governo com o homem que se tornaria um magnata das telecomunicações – Roberto Marinho.⁹

2 Mídia e Ditadura

Legitimar o golpe de estado fazia parte dos iniciais objetivos militares logo após tomarem o poder, e segundo Rezende (2013, p. 65):

A busca de legitimidade pelo regime militar, no período de 1964 a 1973, se deu principalmente através de seu empenho para construir um suposto ideário de democracia que visava sedimentar um sistema de idéias, valores e interesses. A insistência em uma fórmula de democracia que pressupunha “liberdade, mas não (excluía) responsabilidade, nem importava em licença para contrariar a própria vocação do país”¹ era a base deste processo.

Nessa tarefa, eles viram nas mídias uma excelente ferramenta de propaganda para fazer com que as grandes massas populares aderissem e apoiassem fortemente o sistema e também enfraquecer os focos de contestação ao governo. Na verdade, objetivaram dar corpo a uma ordem contínua, a qual ia além de somente buscar a obediência. Se funcionaria ou não, era uma incerteza, porém exemplos como a *Comissão Creel* no ano de 1916 levada a cabo pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, fortalecia as ideias pensadas.

⁹ Roberto Pisani Marinho nasceu no Rio de Janeiro no dia 3 de dezembro de 1904, filho do jornalista Irineu Marinho Coelho de Barros e Francisca Pisani Barros Marinho. Herdou o Jornal de seu pai – O Globo – em 1925, e seguindo a carreira de jornalista passou a dedicar-se ao jornal, e a partir deste, passou a dar forma ao que posteriormente seria O *Grupo Globo*, mais tarde denominado *Organizações Globo*, um dos maiores empreendimentos de comunicações do mundo. Em 1944, inaugurou a Rádio Globo, e na década de 60, precisamente em abril de 1965 inaugurou a Rede Globo de Televisão, Canal 4, no Rio de Janeiro. Na década de 90 começou a dirigir as Organizações Globo com ajuda dos filhos, os quais pouco a pouco iam assumindo de vez o controle da empresa, tendo em vista que em fins daquela década Roberto Marinho já se encontrava com a saúde debilitada. Quando morreu no dia 6 de agosto do ano 2003, deixou para os filhos uma das três maiores emissoras do mundo, e uma das maiores fortunas do mundo, não á toa Roberto já havia figurado entre os magnatas em cenário mundial por variadas vezes em jornais e revistas.

Durante a primeira Guerra Mundial, a população americana que até então estava pacifista não via necessidade alguma da entrada dos EUA no conflito, mas o presidente Wilson queria entrar no embate. Assim criou a *Comissão Creel*, um órgão de propaganda de governo, criada exclusivamente para, através da propaganda, levar o ódio, o medo, o pavor para dentro das casas da população americana. Conseguido isso, foi o necessário para aqueles, que anteriormente pregaram a paz, e passaram a criar ódio dos alemães e apoiar a entrada dos EUA na guerra.

A *comissão* deu positivos resultados em apenas seis meses. O uso da mídia nesse sentido, também foi trabalhado por outras nações, talvez os militares estivessem atentos a isso. Conforme o linguista e filósofo Noam Chomsky: (2013, p. 11)

[...] a propaganda política patrocinada pelo estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-la, pode ter consequências importantes. Foi uma lição aprendida por Hitler e por muitos outros e que tem sido adotada até os dias de hoje.

Aqueles que governam o estado compõem uma reduzida classe especializada, a qual tenta controlar o restante da população, encarada como um todo sem orientação. Essas massas, assim como uma manada, são consideradas inertes que a qualquer momento podem pisotear, aterrorizar, provocar instabilidade e trazer perigo à classe de governantes. É necessário adequar o rebanho a novos cenários e isso requer principalmente a produção do consenso mediante a propaganda midiática. O respeitado Noam Chomsky traz uma definição muito clara sobre essa dualidade de classes, parafraseando Walter Lippmann, ele defende que os componentes da classe especializada:

São as pessoas que analisam, executam, tomam decisões e administram as coisas nos sistemas político, econômico e ideológico. Trata-se de um percentual pequeno da população. Naturalmente, qualquer um que avance essas idéias é sempre parte desse pequeno grupo, e eles estão discutindo sobre o que fazer com *aqueles outros*. Aqueles outros que estão fora do pequeno grupo, à grande maioria da população são os que Lippmann chamava de “rebanho desorientado”. Temos de nos proteger do “tropol e do ronco de um rebanho desorientado”. (Chomsky, 2013, p. 16)

No regime implantado no Brasil em 1964 com o golpe de estado, entre protagonistas e coadjuvantes, tinham militares e também parte da sociedade civil, porém a “classe especializada” foi composta somente pelos primeiros, não à toa

todos os presidentes foram generais. Enquanto aos segundos foram renegados, por isso, restando-lhes apenas juntar-se ao rebanho de desorientados.

Com o Brasil regido por atos institucionais, os generais mandavam e desmandavam. Aos poucos, o estado ia montando seu arsenal de defesa e ataque para perpetuar-se no poder. Considerável parte dos meios midiáticos apoiou a instauração da ditadura, pois empresários como Roberto marinho, além do apoio em 1964, permaneceu lado a lado dos governantes ditadores com os quais estabeleceu uma troca mútua de favorecimentos, manobras, patrocínio, dentre outras coisas que posteriormente serão esclarecidas neste trabalho.

Empresário do ramo das telecomunicações, Roberto Marinho detinha em mãos uma importante ferramenta que muito interessava aos militares, a Rede Globo de televisão. Esta que diariamente estava presente nas casas de muitos brasileiros através dos aparelhos de TV, transmitindo o que queriam e como queriam, produzindo consenso. Para Chomsky “[...] As pessoas que são capazes de construir o consenso são aquelas que dispõem dos recursos e do poder para fazê-lo [...]” (2013, p. 34). Tais recursos, a Rede Globo tinha de sobra, pois seu alto índice de audiência evidenciava isso.

Entretanto, não se deve encarar a Rede Globo como uma *medusa* que após um simples olhar já conquista a todos. Seu poder de persuasão é inegável, assim como seu imenso alcance. Mesmo assim, a todo o momento quando se liga a TV, uma constante batalha é travada entre telespectadores e apresentadores. “A domesticação do rebanho desorientado nunca é perfeita, a batalha é permanente.” (CHOMSKY, 2013, p. 39)

Num Brasil de enormes desigualdades sociais, com um alto índice de analfabetismo entre as camadas populares, nas décadas de 60 e 70, os jornais eram muito caros e a televisão começava a despontar como meio midiático de maior alcance, chegando a mais de 100 milhões de pessoas.

Para quem não tinha o aparelho televisivo em casa, poderia ter fácil acesso ao mesmo, em bares, restaurantes, asilos, casas noturnas, praças, dentre outros ambientes, cada vez mais aparelhos de televisão passaram a fazer parte de espaços de sociabilidade. A televisão e todos que a compõem representam um significativo caráter “nocivo” a variadas esferas da sociedade, e especialmente a política e democracia. Talvez por isso para se apresentar numa TV seja tão “difícil”, e para que isso venha a acontecer é necessária a aceitação de condições habituais,

pois nem tudo o que vem na mente é permitido falar, ou seja, as palavras precisam ser “medidas” por aqueles que se apresentam em programas televisivos, assim evitando falar algo considerado inadequado pela emissora. Mesmo assim, receber um convite para apresentar-se na TV é motivo de privilégio, porque alimenta o ego daqueles que querem aparecer. Nas palavras de Bordieu:

Com efeito, tenho a impressão de que, ao aceitar participar sem se preocupar em saber se se poderá dizer alguma coisa, revela-se muito claramente que não se está ali para dizer alguma coisa, mas por razões bem outras, sobretudo para se fazer ver e ser visto. (BORDIEU, Pág.: 16; 1997)

O que Bordieu denomina *condições habituais* é uma espécie de censura a qual vem acompanhando o convite para apresentação televisiva, porque os minutos são cuidadosamente marcados, o assunto é previamente organizado, isto é, todos esses julgamentos selecionam o que deve ou não vir a público. Todas essas manobras são realizadas implicitamente e mantidas numa invisibilidade e anonimato. Para ele:

Essas coisas são tão grossas e grosseiras que a crítica mais elementar as percebe, mas ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica. (BORDIEU, 1997; p. 20)

O meio jornalístico é vasto, pois dispõe de uma enorme rede de profissionais que quando na elaboração das redações que virão a público, já têm preestabelecidos seus objetivos a serem alcançados quando a informação chegar aos lares da massa da população num verdadeiro exercício de manipulação, porém cabe ressaltar que, assim como em outros meios, o jornalismo também dispõe de uma cadeia hierárquica. Por isso, ao passo que os jornalistas moldam as informações, também tem suas ações moldadas por seus superiores que os adestram conforme seus interesses sejam eles políticos, econômicos e sociais, ou seja, são tomados como objetos. Segundo Bordieu (1997, p. 21)

As pessoas, de maneira geral, não gostam muito de serem tomadas como objetos, objetivadas, e os jornalistas ainda menos que as outras. Eles se sentem visados, alfinetados, quando ao contrário, quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de suas responsabilidades – o que não quer dizer que se justifique tudo que se passa ali –, e quando melhor se compreende como ele funciona, mais se

compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores. Manipulam mesmo tanto melhor, bem frequentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo.

Essa característica é indissociável das relações de comunicação midiática e, nesse ponto, podemos identificar o que Bordieu denomina “violência simbólica” para com os espectadores. A cumplicidade é inerente a esse processo, tendo em vista que tanto os que preparam as matérias quanto os que a consomem não são conscientes na maioria das vezes dos reais interesses políticos e econômicos por trás das edições dos programas.

Entre os fatores que contribuíram para que a televisão despontasse cada vez mais na frente de seus concorrentes – a exemplo dos jornais, os quais eram muito caros tornando-se assim inacessíveis pelas camadas mais pobres – deve-se ao fácil acesso a TV, pois em qualquer barzinho o aparelho está lá “formando cabeças”, trazendo em sua programação assuntos fúteis longe de passar informações que instruisse os telespectadores a exercerem os direitos democráticos. As ferramentas usadas pelo meio televisivo são inúmeras e uma das mais importantes é o uso da imagem a qual tem o poder singular de causar o “efeito de real”.

[...] a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam *o efeito de real*, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas, e etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to Record*, como repórter, indica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização). (BORDIEU; 1997; P. 28)

Diariamente, grande parte da população senta diante de seu aparelho de TV e, como uma forma de entretenimento, dedica alguns minutos e até horas de seu dia a assistir a programação de alguma emissora. Nesses momentos, são “bombardeados” por informações previamente estruturadas no forjamento de realidades, num mundo social que telinhas atuam como árbitro, descrevendo e prescrevendo. Quando a televisão veio à tona nos anos 1960, como uma novidade, previa-se que o então novo meio de comunicação iria atuar “massificando” a sociedade. Viam-na com olhos de otimismo, porém por mais otimista que fosse a

ótica, jamais imaginou quão grande tornar-se-ia a TV. E “[...] a extensão extraordinária da influência da televisão sobre o conjunto das atividades de produção cultural, aí incluídas as atividades de produção artística ou artística.” (BORDIEU; 1997; P. 51)

A TV dispunha de certa dependência em relação às subvenções do estado, pois dominada sob uma perspectiva econômica, simbólica e cultural, ainda era pouco citada no meio jornalístico. No entanto, com o tempo, pouco a pouco, ela foi ganhando espaço, tendendo a tornar-se independente econômica e simbolicamente, assumindo a ponta do meio jornalístico.

Essa ascensão é atribuída essencialmente ao seu imenso poder de alcance, chegando a um grande espaço público, ou seja, quem quiser difundir uma informação de forma abrangente, é necessário recorrer à televisão. “[...] exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à *notoriedade pública* (o que, para os políticos e para certos intelectuais é um prêmio capital).” (BORDIEU; 1997; p. 66)

Para que determinada emissora obtenha êxito em seu trabalho, é necessário ter um elevado índice de audiência, este que é a mola propulsora e uma das exigências de mercado e da economia. Na corrida por audiência, a pressão do mercado é imposta também para telespectadores “livres” e “esclarecidos”, palavras essas que não se aplicam a verdadeira forma com que os cidadãos são tratados “[...] que não tem nada da expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública como querem fazer crer os demagogos cínicos.” (BORDIEU; 1997; P. 97) o que era para ser um meio usado para reforçar os direitos democráticos, mostrar-se imparcial, sem distorcer, ocultar ou reelaborar informações, não passa de um órgão manipulador e manipulado pelos interesses de um reduzido grupo da sociedade.

Na segunda metade do século XX, a TV ganhou dimensões planetárias. Essa expansão trouxe consigo novas redefinições de organização da comunicação e dos laços sociais em diversificadas culturas. Sua presença nos lares, além de marcar o surgimento de uma nova forma de sociabilidade, produziu significantes efeitos sobre a subjetividade. Para Kehl (2000), deriva-se da TV uma das mais nocivas formas de violência do imaginário, afetando todas as esferas da sociabilidade.

Conforme os anos, a TV vai guiando crianças e adultos por caminhos antes abomináveis. O que anteriormente era amplamente rejeitado passa a ser naturalizado pelas telinhas. O que antes era horror passa a ser visto com naturalidade.

Hoje assistimos tranqüilamente a cenas que nos fariam sair da sala há alguns anos [...] você se acostuma com a violência, quase como se fosse a única linguagem eficiente para lidar com a diferença; acha normal que, na ficção, todos os conflitos terminem em tiro e pancadaria. e como fica quando se vê essa cena de horror na rua? você vai ser cúmplice, vai achar normal também? (KEHL, 2000, p. 94)

Isso acontece, porque as imagens são responsáveis por parte da construção de conceitos, legitimam e deslegitimam, rejeitam, aceitam, impõem. O conteúdo emitido provoca certa preguiça de pensar, oferecendo um *puro gozo*. Pensar é trabalhoso e ninguém suportaria fazê-lo o tempo todo. “[...] diante do fluxo de imagens, paramos de pensar e, quanto mais o fluxo de imagens ocupa espaço na nossa vida real e na nossa vida psíquica, menos é convocado o pensamento [...] a cada fragmento de gozo, o pensamento cessa.” (KEHL, 2000, p. 95-96)

A televisão faz parte dos meios de comunicação de massa pelos quais se estabelecem essa persuasão, mais que o rádio. Diante disso, Lopes defende que é:

[...] necessária a criação de mecanismos hábeis para garantir que o debate seja efetivo, de forma a permitir à sociedade o amplo conhecimento dos mais variados pontos de vista existentes, proporcionando a cada um as condições informativas para a formação livre de sua convicção, daí advindo a liberdade de consciência. Relacionado com esse ponto, a constituição traz em seu artigo 220, § 5.o, a vedação de existência de monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação de massa, exatamente para permitir que a informação e a formação intelectual e cultural não sejam exercidas por um ou por poucos grupos detentores do capital necessário. (2000, 123-124)

Era vedada pelo artigo 220 inciso 5º da Constituição Federal, o monopólio dos meios de comunicações por um único grupo, porém, como será discutido adiante seu alto poderio econômico fez com que a Rede Globo fosse assumindo papel de protagonista em relação às outras emissoras. Herdeiro do jornal O Globo, Roberto Marinho já despontava como um homem influente, o que lhe possibilitou uma “amigável” relação com o governo militar durante os anos de ditadura, sempre

disposto a ajudar no que preciso fosse para dar sustentação ao regime que tanto lhe favorecia.

2.1 Rede globo: A Ascensão de um “império” em meio a ilicitudes

A Rede Globo de televisão tem sua gênese nas décadas de 1950/1960, um de seus marcos pioneiros de expansão foi a concessão de TV aprovada para Rádio Globo cedida pelo então presidente Juscelino Kubitscheck. Segundo Silva (1985, p.30) “Foi através do decreto nº42.946, de 30 de dezembro de 1957 que o presidente Juscelino Kubitscheck outorgou à Radio Globo S.A. concessão para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro.”

Porém, somente em abril de 1965 foi criada oficialmente a TV Globo com uma pequenina programação. Fazia aproximadamente um ano do Golpe de 64, as raízes da empresa dos Marinhos iniciara sua empreitada. Roberto, fora um dos apoiadores do Golpe, e conforme a Jornalista Sandra Aguiar:

O grupo globo não só apoiou o golpe de estado contra Jango, como também deu seu apoio aos governos militares que se estabeleceram ao longo da ditadura militar. Algo que representaria um salto para a transformação do conglomerado Marinho no maior grupo midiático do país. Aos 60 anos o empresário deu início as transmissões do canal 4 do Rio, a TV Globo e, em 1966 adquiriu uma nova concessão, o canal 5 de São Paulo, a TV Paulista, e começou a formar a Rede Globo de Televisão. (AGUIAR, 2015, p. 6)

Os frutos desse apoio são variados e vão além das concessões, haja vista que a obtenção dessas últimas sem ter o capital necessário para fazê-la prosperar de nada adiantava. Foi nesse contexto que Roberto juntou-se ao grupo norte-americano *Time Life*¹⁰, uma união que lhe rendeu 5 milhões de dólares até abril de 1966, juntamente com uma assessoria técnica e comercial de primeiro mundo. Contemporâneo a esse florescimento da Rede Globo, o governo encarregou-se de tirar a TV Excelsior – concorrente da Globo – do caminho da jovem emissora. A concessão de TV da Excelsior foi cassada.

Esse acordo com a *Time Life* infringia o artigo 160 da Constituição em vigor:

¹⁰ Empresa Norte-Americana fundada em 1961, sediada em Fairfax no estado da Virgínia.

Art 160 - É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº^s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.¹¹

O proprietário do grupo Globo deveria ser punido e o acordo desfeito. Uma CPI chegou a ser aberta, porém o então procurador-geral da república junto ao presidente Castello Branco optaram por legalizar o acordo, algo reforçado pelo Presidente Costa e Silva. Silva (1984), afirma que:

A identificação entre o regime militar e a globo era indisfarçável. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investigou o caso Time-Life aprovou por unanimidade o parecer do relator, deputado Djalma Marinho. Segundo o qual os acordos entre a Globo e o grupo americano infringiam o artigo 160 da Constituição da República. (p. 29-30)

A lei foi deixada de lado em favor do empresário Roberto marinho, que foi muito útil para legitimação do golpe. A empresa estrangeira somente desligou-se da Globo, em 1969, quando a emissora já estava prestes a abranger todo território nacional.

Conforme os anos, a Globo crescia e aumentava sua audiência, assumindo aos poucos uma situação de monopólio enquanto as outras emissoras decaíam. Sua equipe era altamente profissional e competente, chegando a destacar-se até mesmo no cenário mundial em tecnologia e qualidade. Todo seu aparato técnico era de primeira linha. Segundo KEHL (1986, p. 179):

Enquanto as outras emissoras começaram com homens de rádio, ela começa com Boni, que é um publicitário, um homem que vive no cruzamento dos negócios com a comunicação, e que entende dessa descoberta americana que é o *marketing*, a coisa ideal para esse novo veículo que estava nascendo: o estudo das estratégias para se vender imagens! [...] A Globo, desde o início, foi uma empresa vertical, centralizada.

O padrão de qualidade fez a Globo começar a destacar-se das demais redes. Na verdade, o financiamento do material para o padrão de qualidade era de um alto

¹¹ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1960/9.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2017.

custo. De onde provinham tantos recursos? Em resposta ao anterior questionamento é necessário recorrer novamente ao acordo da empresa brasileira com o grupo Norte-Americano *Time-Life*, um pacto ilegal e lucrativo. Num dos seus mais conhecidos trabalhos, a jornalista Maria Rita Kehl também discorre sobre o caso Globo-Time Life, segundo ela:

A TV Globo assinou o contrato com a empresa Time-Life, estabelecendo 'uma sociedade em conta de participação de vida íntima, discreta e secreta.' Por esse contrato, a Time-Life tinha direito à 30% dos lucros líquidos anuais da Globo. A sociedade deveria prorrogar-se por 11 anos e depois seguir por prazo indefinido, até que uma das partes denunciasse a outra. (KEHL, 1986, p. 180)

O contrato com o grupo *Time Life*, representou uma fase que rendeu bons frutos para a Rede Globo. Além de capital (milhões de dólares), tal acordo também forneceu assistência técnica de alta qualidade e mão de obra especializada. No seio da Globo, a *Time* atuava na administração, programação, publicidade, orientações de cunho técnico, contratos, treinamentos de funcionários, construção de canais e sua operação e comercialização de propaganda. Somando-se a toda essa gama de ações, atuava o Sr Joseph Wallach, um espécie de gerente geral que junto a Boni e Walter Clarck formavam um trio vital para o bom desempenho da emissora. (KEHL, 1986)

No ano de 1965, o então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, denunciou o tratado da Globo com a *Time*, alegando a ilicitude do mesmo, tendo em vista o desrespeito ao artigo 160 da constituição em vigor. Segundo Kehl (1986), chegou a ser aberta um CPI (comissão parlamentar de inquérito) em 1966, trazendo à tona as sigilosas alianças entre as empresas, investigando a ajuda e/ou omissão de Medeiros da Silva e Nascimento e Silva, o primeiro era ministro do trabalho, e o segundo ministro da justiça.

Em setembro de 1966, levando-se em conta o ferimento ao artigo 160 da constituição – o qual proibia a ação de empresas estrangeiras na área das telecomunicações – o acordo foi considerado totalmente ilícito, porém, conforme apresenta Kehl (1986, p. 182):

Em setembro de 66, a CPI decide que os acordos Globo-TL ferem a constituição brasileira, pois um grupo estrangeiro não pode interferir na orientação de uma empresa de telecomunicações; mas em março de 67 o governo Castelo Branco declara infundada as acusações sobre o caso e fecha o inquérito.

Quando o acordo realmente acabou, no final da década de 60, a emissora de Roberto Marinho havia se ampliado e seguia crescendo. Ele comprou a emissora geradora de São Paulo em 1966, a de Belo Horizonte em 1968, a de Brasília em 1971 e a de Recife em 1972. O império de comunicações de Roberto Marinho começava a mostrar os sinais de sua expansão. Além da emissora de televisão e suas centenas de estações retransmissoras, contava também com emissoras de rádio AM e FM, a Rio Gráfica (editora), a VASGLO (empresa promotora de espetáculos), a SIGLA (sistema globo de gravações audiovisuais), a TELCOM (indústria eletrônica), a Galeria de arte global e a Fundação Roberto Marinho.

Um dos principais programas – se não o principal – da TV Globo, foi ao ar pela primeira vez no dia 1º de setembro de 1969 às 19h45, o *Jornal Nacional* ou JN, o primeiro jornal em rede aberta do Brasil, um noticiário noturno exibido de segunda a sábado. O programa marcava uma nova era na emissora, pois o alcance agora seria em rede nacional. Nesse processo, “Além da introdução do vídeo-tape no país, sem o que a ideia de rede nacional não seria viável, a criação do Sistema Nacional de Telecomunicações teve papel fundamental na expansão da Rede Globo.” (KEHL, 1986, p. 190-191)

2.2 A Embratel e a expansão do alcance do Jornal Nacional

No ano de 1965, o então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, criou, no dia 16 de setembro, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), sua fundação era parte de um programa de integração nacional, visando expandir os serviços das telecomunicações como um todo. Conforme Krause (2000), já no ano de 1967 a empresa iniciou a assinatura de contratos, realizou o levantamento de rotas e trabalhava na instalação de Estação terrena de comunicação via satélite, na cidade de Tanguá no Rio de Janeiro.

A aliança da Rede Globo de televisão com o governo militar, alimentada desde a gênese do golpe, rendeu-lhe enormes benefícios, dentre os quais figura a criação da Embratel, a qual começou a operar em 1967. Segundo Kehl (1986, p. 191):

Nos anos 70, o governo investe na criação de canais de microondas, estações repetidoras, ampliando a Rede Embratel, da qual a Globo foi a emissora que tirou maior proveito, espalhando rapidamente seu sinal pelo o

território brasileiro. '[...] A Embratel fez apenas dois *links* brasileiros, e a Globo aluga um deles em tempo integral.'

Para abranger todo território nacional, seria necessário instalar torres de transmissão por todo o Brasil o que exigia gastos exorbitantes, valores que passavam longe do orçamento das emissoras de televisão. Portanto, a ampliação da Embratel pelo governo federal foi de caráter essencial para a integração nacional. Para obtenção de um nítido sinal, as torres teriam que respeitar a distância de 60 km de uma para outra. No caso da Embratel foram instaladas numa média de 100 em 100 km, forçando a qualidade das transmissões.

Detentora de todos os *links*, a Embratel ditava as regras para o acesso aos mesmos, cobrando um altíssimo valor de aluguel o qual somente a Rede Globo poderia pagar, impossibilitando assim o acesso aos *links* pelas emissoras de menor porte. Na prática, o acesso a um serviço custeado pelos cofres públicos só poderia ser feito pelas empresas de grande poderio econômico – como a TV Globo. (KEHL, 1986)

Na formação dos conglomerados de televisão, a atuação governamental vai além da efetivação dos trabalhos da Embratel, estando presente também na pauta do novo código de telecomunicações de 1974, o qual dentre outras coisas, discorria sobre o Decreto-Lei de 23-06-67 que limitava em cinco o número de emissoras de TV controlada por um único grupo, a Globo era a única detentora de cinco emissoras, destarte, a ampliação desse limite, beneficiaria no momento exclusivamente a Rede Globo. (KEHL, 1986)

Objetivando disfarçar e/ou amenizar o conluio com a Globo, o ministro das comunicações Euclides Quandt de Oliveira¹², representante do governo do general Ernesto Geisel, numa conferência com a escola superior de guerra em 1975, afirmou não haver monopólio na televisão brasileira, e sim uma melhor aceitação de determinada programação por parte da população – referindo-se a TV Globo.

Enquanto isso, a Globo seguia expandindo-se, anunciando novas instalações via Embratel. Conforme Kehl (1986, p. 199) ainda em 1975:

[...] o jornal *O Globo* anuncia instalação, pela Embratel, de um terceiro sistema de telecomunicações ligando as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul – o tronco Vitória/Salvador. Anuncia também a inauguração do tronco

¹² Militar da Marinha brasileira, especialista em comunicações. Foi o primeiro presidente da Telebras de 1972 a 1974 e ministro das comunicações até o ano de 1979.

Cachoeiro do Itapemirim-Governador Valadares, que descongestionaria o trecho Belo Horizonte-Rio, para os serviços de telefonia, telegrafia, telex e televisão.

Quando sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici, um considerável investimento na área das telecomunicações favoreceu novamente a TV Globo. Segundo Kehl (1986), o governo fez pressão para que as emissoras passassem a transmitir a Copa de 1974 em cores. Assim, a presidência comprou o sistema alemão PAL¹³. A Globo era a única com condições de adequar-se às características exigidas para transmitir em cores, porque o investimento era alto, o valor de uma câmera para cor dava para comprar 20 câmeras que gravavam em preto e branco, também tinham os teipes, equipamentos de luz e outros acessórios. As emissoras que não estavam muito bem financeiramente acabaram por sufocar-se para atender o governo.

A televisão em cores deu um salto nas vendas do aparelho no Brasil. O cinema, a música e produções culturais que, na década de 60, denunciavam um país miserável e subdesenvolvido, iam cedendo espaço para o glamour da imagem colorida. Na Rede Globo, assistia-se a um Brasil moderno, com ideais de limpeza e bom gosto. O entrosamento entre as partes era evidente.

Analisando o pensamento dos chamados 'homens de comunicação', principalmente os ligados a Rede Globo, nos anos 70, fica não somente a tal sintonia de interesses entre o governo e os empresários das telecomunicações naquele período, mas também a maneira como as telecomunicações podem ajudar na dominação 'pacífica', disciplinar, muito além da simples propaganda que veicula pelo país todo[...] (KEHL, 1986, p. 203)

A presença da televisão na sala dos brasileiros foi aumentando gradativamente e, logo após a imagem a cores, teve um significativo aumento nas vendas de televisores. Amplamente beneficiada desde os primórdios da ditadura, a empresa de Roberto Marinho absorvia grande fatia da verba para publicidade, restando migalhas para as demais emissoras. Segundo Kehl (1986, p. 212) “[...] em relação aos dez maiores anunciantes brasileiros, a Rede Globo absorve (ainda em 77) 85% dos investimentos, ficando na época 11% para a Tupi e 4 para as demais emissoras.”

¹³ Sistema de televisão em cores analógico.

A TV Globo buscava estar sempre em sintonia com o governo, levando ao público aquilo que agradava os governantes e que estava em seus objetivos “educacionais”, a exemplo da cobertura de eventos esportivos como: “[...] a Copa de 74[...] as corridas de Fórmula I e II que a Globo além de transmitir promove ou co-promove, os esportes amadores; torneios de basquete ‘de âmbito nacional e internacional’.” (KEHL, 1986, p. 250)

Diariamente, eram exibidos cinco telejornais na TV Globo, dentre estes se destacava o Jornal Nacional, este era o programa de audiência mais estável da televisão brasileira, entrava no ar num estratégico horário situado entre as duas telenovelas mais assistidas da programação – a novela das 19 horas, e a das 21 horas –, no JN, a realidade do país era habilidosamente maquiada, segundo Kehl, existia um perfil padronizado de quem deveria aparecer:

Havia também um padrão estético a respeito: pessoas com defeitos físicos, de ar muito miserável, sem alguns dentes na boca ou mesmo com a roupa rasgada, deveriam a todo custo ser evitadas no vídeo. No JN, o povo era bonito e bem alimentado. O otimismo, a ideia de um Brasil grande e decididamente unificado, riscado da lista dos países subdesenvolvidos e agora encabeçando, graças ao ‘milagre brasileiro’, o bloco dos intermediários, quase roçando o desenvolvimento – esta era a imagem que o principal telejornal do país deveria alimentar. (1986, p. 265)

Aqui se faz necessário retomar a discussão de Bordieu sobre a tamanha dificuldade em aparecer na frente das câmeras, pois, o público era pré-selecionado, ou seja, um verdadeiro processo de absurda exclusão social.

O JN compunha uma importante ferramenta de cruzamento de informações. Para garantir a não divulgação de conteúdos indesejados nas reportagens ao vivo, as mesmas eram acompanhadas por mini estações – a partir de 1976 – montadas em caminhonetes de onde por uma espécie ‘repórter eletrônico’ imediatamente faziam os cortes necessários.

Atingido uma audiência na casa dos 69% em 1976, o JN era o jornal com o qual os militares mais se preocupavam com o teor das informações, pois seu grande alcance fazia com que eles ficassem antenados para não ir ao ar nada que não estivesse em seus planos. Quando Juscelino Kubitschek morreu em 22 de agosto de 1976, um telefonema para a redação do Jornal Nacional ditou a forma como a notícia deveria ser veiculada, assim como também, o que não deveria vir a público, Kehl (1986, p. 266) analisa que a ordem era para que:

[...] os repórteres não mostrassem a emoção popular durante o enterro, além de proibirem a informação de que JK havia sido cassado pelo governo militar. O exemplo é ilustrativo do papel que o telejornalismo e seu principal representante, o JN, representaram numa década de obscurantismo, censura, desinformação, aliadas ao analfabetismo e aos maus hábitos de leitura do cidadão brasileiro (só 20% da população brasileira tem o hábito de ler jornais ou acesso aos mesmos). Mostrando aspectos do enterro de JK, isto é, não omitindo inteiramente as notícias e imagens da morte de um dos últimos presidentes de um Brasil democrático [...]

Num país de jornais caríssimos, o telejornalismo era um dos principais – se não o principal – meio de difusão de informações. Os apresentadores do JN com objetivos pré-determinados impunham emoções nas notícias, as quais eram apresentadas com imagens, mobilizando a sensibilidade e consciência dos telespectadores. Exemplo disso foi à forma que veicularam a notícia da morte de um dos últimos presidentes eleito democraticamente no Brasil. À despedida de JK foi atribuída tratamento “[...] no mesmo tom e som, o mesmo peso, tempo etc. com que trataria, na sequência a notícia de uma corrida de Fórmula I.” (Kehl, 1986, p. 267)

2.3 Amaral Netto, o Repórter

Fidelis dos Santos Amaral Netto é natural do Rio de Janeiro. Nasceu na cidade de Niterói, no dia 28 de maio de 1921, filho de Luciano Amaral e Heloisa Sobral Amaral. Em fins da década de 40, iniciou a carreira como jornalista e, já no início da década de 60, consagrou-se deputado estadual pelo Rio de Janeiro o qual seria apenas o primeiro mandato de outros que viriam. Em sua vida, Amaral nunca deixou o jornalismo e a política de lado, tentava conciliar ambas as funções, tanto a vida parlamentar quanto a jornalística.

Amaral Netto foi um dos pioneiros jornalistas que começou a escrever textos para a televisão no Brasil na década de 50. Chegou a produzir mais de uma centena de peças policiais, destacando-se como redator de histórias de mistério para programas – a exemplo do *câmera um* –, quando iniciou sua carreira como apresentador, Amaral já dispunha de um significativo currículo no meio jornalístico.

No mês de maio do ano 1968, na TV Tupi do Rio de Janeiro, pela primeira vez na televisão brasileira, estreou o programa *Amaral Netto, o Repórter*. Entrava no ar, às 22 horas e 15 minutos as sextas-feiras. Na TV Tupi, a atuação do programa durou pouco tempo, resumindo-se a apenas seis meses, quando Amaral Netto migrou para Rede Globo de televisão em dezembro daquele ano.

Quanto ao teor de seu programa, Krause afirma que (2016, p. 76):

Além de mostrar paisagens então inéditas, também divulgava o trabalho do governo no sentido da integração nacional, e de empresas brasileiras na interiorização. Marcado por forte tom de aventura por imagens impactantes e pela exaltação patriótica dos temas abordados, o espírito desbravador das reportagens era considerado importante [...]

Na emissora de propriedade do jornalista e empresário Roberto Marinho, o programa ganhou um novo dia e horário para se apresentar, entrando no ar aos domingos pela noite, sendo novamente exibido aos sábados na parte da manhã. Essa mudança no dia e hora da apresentação seria apenas o início de muitas que estariam por vir, pois desde sua gênese, o programa em diferentes momentos passou por mudanças de dias e horários. No início da década de 70 passou para os sábados a noite; em 1974, nas segundas-feiras também a noite; em 1978, retornou aos domingos; já em 1981, ocupava parte dos horários nas manhãs de sábado. (KRAUSE, 2016)

O programa levava aos telespectadores uma boa imagem do país. Sua migração para a TV Globo estreitou ainda mais os laços dos governantes com Roberto Marinho, pois era pelas lentes de sua emissora que o Brasil era apresentado. “Um programa de qualidade jornalística, produzido de forma independente, sem custos para emissora. Um programa que também representava para a TV Globo a manutenção de um bom relacionamento com o poder.” (KRAUSE, 2016, p. 71)

Num Brasil de televisores com imagens ainda em preto e branco, os programas eram enviados para as repetidoras da emissora para que pudessem também exibi-los. Todo esse mecanismo era voltado a atender o projeto de integração nacional do então autoritário governo, e nesse contexto, *Amaral Netto*, o *Repórter* encaixou-se perfeitamente atendendo os ditadores.

Durante a ditadura 1964-1985, as Forças Armadas parecem ter se empenhado, especialmente para reforçar a ideia de Brasil como nação a partir da integração territorial do país. Amaral Netto também era um apaixonado pelo tema da integração nacional. Aliou isso a sua paixão pelo jornalismo. (KRAUSE, 2016, p. 77)

As reportagens de Amaral marcaram o início da abordagem de temas até então inéditos na televisão, a exemplo das comunidades indígenas no Xingu, o fenômeno da pororoca na Amazônia. Além disso, também realizou trabalhos em

outros países como Portugal, Argentina e África. Viajar pelo mundo e desbravar lugares ainda desconhecidos pela grande massa no Brasil, era muito caro, porém era o governo quem custeava. “Amaral conseguiu apoio da Força Aérea Brasileira, da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro para alcançar lugares distantes.” (KRAUSE, 2016, p. 83)

O próprio Amaral era quem produzia e apresentava as reportagens. A direção geral era feita por Chucho Narvaez e a equipe de repórteres tinha nomes como Carlos Tourinho, Cesário Pinto, Demerval Azeredo, Humberto Borges, dentre outros. Amaral participava ativamente de tudo, arriscava-se em difíceis lugares para gravar a natureza brasileira, empreendimentos públicos e privados, esplendidamente apresentados, em consonância com uma linha editorial regada de entusiasmo e eloquência, características de Amaral. (KRAUSE, 2016)

As reportagens especiais sobre a natureza e demais aspectos do Brasil e o mundo eram fundamentais para a audiência do programa, pois tinham por função atrair o público. Segundo KRAUSE (2016, p. 95-96):

Nem todos os programas da série Amaral Netto, o Repórter, eram sobre natureza, ou sobre temas hoje considerados ecológicos [...]. A natureza aparece muitas vezes como um personagem secundário. Principalmente naqueles em que o objeto principal são as obras grandiosas do governo, ou as cidades que investiam em algum produto industrial e/ou cultural, ou os empreendimentos de empresários que supostamente, estariam modernizando e engrandecendo o país.

As reportagens sobre a natureza eram como um cartão de entrada do programa para, a partir daí, assumir seu real caráter que era espalhar entre a população um ideal de Brasil que andava longe da realidade.

Toda uma infraestrutura composta de apoio material e logístico era colocada pelo governo à disposição de Amaral Netto. Somado a isso, ele também tinha o privilégio de estar isento da censura prévia que membros do governo mantinham sobre programas de TV, jornais, peças de teatro e etc. A censura prévia nunca representou problemas para Amaral, e como bem demonstra Krause, não à toa:

O conjunto documental do Arquivo Nacional, Divisão de Censura e Diversões Públicas do Arquivo Nacional/ Seção: Censura Prévia/ Série: Televisão/ Subsérie: Programas de TV, não registra a passagem do programa em nenhuma das listagens de seu conjunto, nem com o nome original, nem com o adotado em 1981. (2016, p. 103)

Quando Amaral Netto estreou na Globo, o presidente era o General Costa e Silva sucessor de Castelo Branco. Amaral era um ferrenho apoiador da instauração

do regime. Para ele, o golpe foi necessário devido à “ameaça comunista”. Embora não tivesse aprovado o governo de Castelo, agora com Costa e Silva ele havia renovado as esperanças na nova administração e sendo fiel apoiador do regime em vigor, Amaral fazia do seu programa na Globo uma vitrine onde o Brasil:

[...] avançava tecnologicamente e se desenvolvia rumo ao *futuro grande* que se materializava no presente. Um Brasil que aparecia no discurso jornalístico de *Amaral Netto, o Repórter*, mas também no discurso publicitário e no discurso oficial da época. Dificilmente o programa de Amaral mostrava problemas. Quando os mostrava era atribuído a um tempo anterior à *revolução*. E nunca fazia denúncias. O foco eram as soluções. E soluções já em curso, decorrentes de uma escolha política do governo que Amaral Netto começou a representar. (2016, 131-132)

Como já citado anteriormente, o primeiro presidente pós-golpe foi Castelo Branco. Nos meses finais de seu mandato, pesquisas de opinião pública revelaram a tamanha rejeição de seu governo. Diante disso, seu sucessor Costa e Silva, antes mesmo de assumir, já pensava em como conquistar a população e reverter a lamentável situação. Foi nessa atmosfera que atentaram para a necessidade de um Grupo de Trabalho de Relações Públicas, o qual objetivava passar a imagem de um próspero país. Para que a mensagem chegasse ao maior número de lares possíveis e, nessa intenção, Amaral Netto e a Rede Globo caíram como uma luva fundamental para o êxito do projeto.

Já no governo do General Médici, o programa de Amaral completara cinco anos. O “aniversário” foi comemorado com festa em grande estilo no palácio da alvorada, celebrando o trabalho de Amaral com convidados ilustres: ministros, senadores, deputados e demais autoridades. Assim, o prestígio de Amaral seguia firme. Ao longo de praticamente todo o período ditatorial, Amaral esteve atuando na manutenção do mesmo, seu programa seguiu “Incentivando o espírito nacionalista, apostava num patriotismo integrador”. E esse discurso se sustentou no ar de 1968/69 até 1985.

2.4 Um gigantesco conglomerado de telecomunicações

Atualmente o grupo Globo e suas várias empresas compõem o maior time midiático do Brasil e um dos maiores do mundo. Chega a faturar aproximadamente

16 bilhões de reais ao ano, exercendo uma influência muito forte economicamente, politicamente e socialmente.

Uma edição especial da revista Caros Amigos, nº 74, intitulada REDE GLOBO 50 ANOS DE MANIPULAÇÃO, mostra claramente a imensa distribuição de conteúdos pelo grupo Globo a qual é composta por variadas vertentes: InfoGlobo (os jornais, O Globo, Extra, Expresso, e valor econômico); TV Globo (cerca de 5 emissoras próprias e mais de uma centena afiliadas); Globosat (TV paga com mais de 30 canais, a exemplo do GloboNews, MultiShow, GNT, VIVA); Globo.Com, Sistema Globo de Rádio, composto por rádios de grande audiência, a exemplo da Rádio Globo, CBN, Beat98-Rio, BHFM, e pela internet Globo FM e Radiobeat; Editora Globo composta por dezesseis revistas – como a *época*, *Marie Claire*, *Casa ET Jardim e Quem*); Som livre, gravadora musical que grava somente cantores e bandas já consagradas no cenário nacional.

Gravar na Som Livre é um marco na carreira de qualquer artista, haja vista que a publicidade para a venda dos discos é realizada em horário nobre da TV, atingindo milhões de espectadores que, diariamente, dão audiência a mídia da Rede Globo. Cerca de 100% dos municípios brasileiros têm acesso a Rede Globo, mais de 180 milhões de pessoas.

Considerações Finais

O desenvolvimento desta pesquisa fundamentou-se sobre uma das fases mais conturbadas da história brasileira. Foi possibilitada a análise da relação entre Rede Globo e Ditadura civil-militar, a reflexão de como foi iniciada a parceria e como ela foi levada a cabo ao longo dos anos. Temas que remontam a Ditadura Civil-Militar trazem à tona diferentes sentimentos àqueles que vivenciaram e também a quem estuda esses 21 sombrios anos da história brasileira entre 1964-1985. A face do golpe não foi puramente militar, pois variados setores da sociedade civil apoiaram a destituição de João Goulart. Por isso, a expressão “civil-militar” e não somente “militar”. Ao assumirem os rumos da nação, os militares atentaram para necessidade de legitimação do regime. Nesse contexto de autoritarismo e divulgação de uma realidade construída, a Rede Globo de televisão teve um significativo papel.

Foi analisado o quanto as mídias – especificamente a televisão, a qual compõe um objeto presente em milhões de residências por todo Brasil –

influenciaram na vida da sociedade. No mundo, experiências como a *Comissão Creel* comprovaram a força da propaganda na produção de consenso e era esse consenso que os militares encararam como um forte pilar a ser erguido para compor uma das bases de sustentação da ditadura.

Aliado aos golpistas desde a gênese do golpe, o jornalista e empresário Roberto Marinho juntou-se ao governo ditatorial, mostrando-se disposto a atender as determinações dos militares em troca de vultosos benefícios para sua emissora. Não à toa a Globo foi se distanciando cada vez mais das suas concorrentes que ficaram para trás.

Quando fechou acordo com o grupo norte-americano *Time Life*, Roberto Marinho infringiu um dos artigos da Constituição que regia o Brasil. Mesmo assim, diante de tamanho absurdo, os presidentes Castelo Branco e, posteriormente, Costa e Silva atribuíram caráter de legalidade ao acordo. Ainda na segunda metade da década de 60, com a efetivação da EMBRATEL, a TV Globo fez uso desta na expansão de seu alcance para todo Brasil.

Além disso, o principal telejornal da televisão brasileira, o Jornal Nacional ou JN, compunha o programa de maior alcance de todos. Uma importantíssima ferramenta de disseminação de ideologias controlada por Roberto, cuja redação era produzida em consonância com os governantes. Estes que com apenas um telefonema ditavam o que deveria vir ou não ao ar, a exemplo da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, quando foi vetada a transmissão da comoção popular e também ocultado que o mesmo tivera sido cassado politicamente anteriormente.

O programa *Amaral Netto, o Repórter*, funcionou na Rede Globo como um porta-voz do regime, levando ao público tudo aquilo que exaltasse o governo, maquiando, ofuscando e ocultando tudo aquilo que não estivesse de acordo com os interesses militares.

Evidenciando ainda mais o apoio de Roberto Marinho à ditadura, em publicação do dia 31 de agosto de 2013, o Jornal o Globo emitiu nota afirmando que:

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto

original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (EDITORIAL, 2013)¹⁴.

Nas primeiras décadas do século XXI, quando se fala em telecomunicações o Grupo Globo compõe um dos maiores do mundo. Isso reflete na imensa fortuna herdada pelos filhos de Roberto Marinho, segundo Sandra Aguiar em artigo publicado na revista *caros amigos* (2015):

De acordo com o ranking dos bilionários da revista *forbes* de 2015, o Brasil conta com 55 bilionários, e entre eles estão figuras bem conhecidas, como Edir Macedo (US\$ 1,1 bilhão), mas chama mais atenção a fortuna acumulada pelos Marinho: Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, juntos, têm US\$ 28,9 bilhões. (AGUIAR, 2015, p. 4)

Grande parte dessa fortuna foi deixada por Roberto Marinho, boa parte tivera sido acumulada durante os anos de posicionamento lado a lado com os governantes militares, para os quais Roberto nunca trouxe, ou representou problemas, conforme palavras do ministro Armando Falcão em entrevista no documentário *Muito além do Cidadão Kane* (1993).

A corrupção é um mal que vem de muito longe, quem dera que ela fosse criada do século XXI, mas não, já se arrasta de séculos antes, e o exemplo da relação da Rede Globo com a Ditadura civil-militar evidencia isso, um empresário expandiu sua empresa com ajuda de governantes que por serem militares se diziam honestos, morais e éticos, e essa ideia da seriedade atrelada aos militares ainda hoje é alimentada por parte da sociedade brasileira, que defende a volta dos militares ao poder como forma de minimizar a corrupção. Diante disso, a pesquisa leva a reflexão de pontos como: o meio militar está isento da corrupção? Até que ponto somos levados a acreditar nos discursos da televisão? Será que ela é realmente a melhor companhia para todas as noites antes de dormir? Relativo este último questionamento, um livro seria bem mais atraente.

A presente pesquisa provoca inquietudes referentes à relação entre política e mídia, instigando o pensamento a se voltar para uma reforma midiática abrangendo todas as possíveis relações, aproximações e distanciamentos proporcionados pelos aparelhos midiáticos e os governantes.

¹⁴EDITORIAL. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>, acessado no dia 01/10/2017.

THE REDE GLOBO OF TELEVISION AND THE MUTUAL SUPPORT FOR CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP 1964 - 1985

ABSTRACT

This article discusses the relationship of mutual support, collaboration, agreements, and the exchange of favors, among other things that evidenced the intimacy of Rede Globo of television - owned by the journalist and businessman Roberto Marinho - with the Civil-Military Dictatorship that was installed in Brazil in 1964, is coming to an end in 1985, after twenty-one years. The coup that deposed President João Goulart in 1964 was supported by many civilian names, including Roberto Marinho, whose support was not limited to the seizure of power, but continued throughout the regime. In this period, Rede Globo television became the most important station in the country. Among the objectives of the military government was the national integration project, in which Roberto Marinho and his broadcaster had a significant role in disseminating a distorted image of Brazil, exalting the government, and conveying a big, clean, modern, developed idea of Brazil. These concepts were far removed from the true face of the nation. In this conception for the creation of a positive image of the country, the programming of A Globo transmitted a false face of the government and the nation, highlighting its main television news on O Jornal Nacional. Amaral Netto, the reporter was considered the spokesman of the dictatorship, bringing to the viewers only what would magnify the regime, otherwise the subject would be nothing more than an editorial.

Keywords: Rede Globo. Civil-Military Dictatorship. Roberto Marinho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sandra. Os Braços do Grupo Globo. In: **Rede Globo 50 Anos de Manipulação**. Revista Caros Amigos. São Paulo: Caros Amigos. N° 74, maio, 2015. P. 4-7.

ARAUJO, Maria Paula. SILVA, Izabel Pimentel da. SANTOS, Desirree dos Reis. (Org.) **DITADURA MILITAR E DEMOCRACIA NO BRASIL: HISTÓRIA, IMAGEM, E TESTEMUNHO**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Democracia no Brasil: Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: **Mídia e Democracia no Brasil**. Revista Opinião Pública. Campinas. Vol. 12, n° 1, abril/maio, 2006. P. 88-113.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1997.

BRIGGS, Asa. BURKER, Peter. **Uma História Social da Mídia de Gutenberg a Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1997.

CASTRO, Nilo André Piana de. **Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa 1950-1964**. (Tese em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. 322 p.

CHOMSKY, Noam. **Mídia propaganda política e manipulação**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martinsfontes, 2014.

FERNANDES, Carla Montuori. A ditadura militar e o surgimento do Jornal Nacional. IN: FERNANDES, Carla Montuori; CHAGAS, Genira; (Org.) **Mídia e Governos autoritários: 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do Golpe civil-militar no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2014.

GOMES, Itania Maria Mota. (Org.) **Televisão e Realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HAMBURGER, Esther. BUCCI, Eugênio; (org). **A TV aos 50 criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

KHEL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV. In: SIMÕES, Inimá F; COSTA, Alcir Henrique da; KHEL, Maria Rita. **Um país no ar**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1986.

KRAUSE, Katia Iracema. **O Brasil de Amaral Netto, O Repórter – 1968 -1985**. (Tese em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. 411p.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 2000.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; (org); **A Ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1985.

VALLE, Maria Ribeiro do. (org). 1964-2014: **Golpe Militar, História, Memória, e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.